

CONSTRUIR, NAVEGAR, (RE)USAR O DOURO DA ANTIGUIDADE

COORD.
LINO TAVARES DIAS
PEDRO ALARCÃO

Título: ***Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade***

Coordenação: Lino Tavares Dias, Pedro Alarcão

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Fotografia da capa: *Leito do rio Douro entre Porto Manso (Baião) e Porto Antigo (Cinfães)*.

Fotografia de A. Loureiro Tavares, Agosto 1960.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-95-1

Depósito Legal: 450319/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

CALE CALLAECORUM LOCUS? NOTAS ARQUEOLÓGICAS SOBRE A OCUPAÇÃO INDÍGENA E ROMANA DA FOZ DO DOURO

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA*

A interrogação com que titulamos este breve ensaio convoca duas importantes questões de geo-etnologia histórica: a primeira, largamente debatida, é hoje de carácter mais arqueológico que toponímico, pois enquanto esta disciplina versa o estudo do nome dos lugares, na discussão de *Cale* disputa-se ainda o lugar onde assentar a designação; a segunda traz à lide a definição e localização dos primitivos *Callaici*, étnico cuja ambiguidade a generalização do uso não disfarçou totalmente. Ambos os tópicos ocuparam já eminentes especialistas e pouco de novo poderemos seguramente trazer, contentando-nos com a expectativa de que estas observações contribuam, por alguma frescura de perspectiva, para reposicionar temas tão cruciais para a história antiga do baixo Douro.

As fontes literárias que mencionam o lugar de *Cale* são tão escassas quanto conhecidas, tendo a ambiguidade dessas referências dado origem a longa discussão historiográfica que aqui não pretendemos retomar¹. Basicamente, resumem-se a uma menção no *Itinerário* de Antonino, sendo as formas em que surge na *Cosmografia* do Anónimo de Ravena e na *Crónica* de Idácio já compósitas ou vagamente aparentadas².

* Bolseiro de Doutoramento da FCT na Universidade de Santiago de Compostela. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (UP) e do projeto *Las fundaciones urbanas de Callaicia y la creación de un nuevo espacio administrativo* (USC-HAR2014-51821-P). amspsilva@hotmail.com.

¹ Cf. SILVA, 2010 para uma discussão mais aprofundada desta questão, com remissão para vasta bibliografia.

² GUERRA, 1998: 369-70.

O roteiro viário indica o lugar de *Calem* como última estação antes de *Bracara Augusta*, distando XIII milhas da *statio* anterior, que é *Langobriga*³. Não entrando no debate sobre a contagem das milhas, sobre o valor da milha romana ou mesmo sobre a localização do ponto anterior, *Lancóbriga*⁴, a implantação da *statio* ou *mutatio* de *Cale* seria sempre numa das margens do Douro. Admitindo a explicação do acusativo de proximidade para a forma como surge grafada a designação da estação viária⁵, parece-nos perfeitamente razoável que ficasse situada em Vila Nova de Gaia, mas tomando o nome e indicando a localidade, porventura mais destacada, situada na outra margem: (*ad*) *Calem*. Assenta esta sugestão, tão só, nas condições orográficas da margem gaiense, com escarpas pronunciadas e escasso número de linhas de água afluentes do Douro, tornando custoso o acesso ao rio no período de Inverno, como vários viajantes estrangeiros atestaram ainda em época moderna⁶, o que talvez recomendasse breve estância na margem esquerda antes do atravessamento de um rio largo e que nos meses invernosos, com as cheias regulares, se mostrava torrentoso e de difícil travessia; naturalmente, o viajante que chegasse da *Tarraconense* teria problema idêntico, mas talvez maior facilidade em chegar às margens do Douro, onde certamente existiriam também cómodos para refresco e descanso, pois o Itinerário apenas elenca as estações viárias que se entenderam mais importantes.

A referência às localidades da margem do Douro patente na *Cosmographia* anónima de Ravena, compilação tardia que talvez conserve a tradição de um documento cartográfico latino dos séculos III ou IV, introduz no debate a variante *cenoopi docalo*⁷, que Vasco Mantas⁸, na senda de Hübner⁹, desdobra e interpreta como estações viárias diferentes, corrigindo a grafia: *CAENO OPPIDUM* e *CALO*¹⁰, atribuindo a primeira designação ao Castelo de Gaia (Fig. 1), posição que mais recentemente A. C. Ferreira da Silva¹¹ adoptou, tecendo a propósito interessantes considerações etno-linguísticas. Sem que nos aventuremos em área científica que não dominamos

³ ROLDÁN, 1975: 68.

⁴ Aceite quase unanimemente, a partir das distâncias do Itinerário de Antonino, como correspondendo ao castro de Fiães, Santa Maria da Feira (cf. MANTAS, 1996: 640-45; SILVA, 1994: 54, 95).

⁵ SOARES, 1962: 150; ROLDÁN, 1966; MANTAS, 1996: 201-3.

⁶ Por exemplo, o arquitecto irlandês James Murphy, que chegou por barco ao Porto em Janeiro de 1789, descreve não só as dificuldades e os perigos da entrada na barra como também o difícil trajecto desde a margem de Gaia até aos Carvalhos, lamentando que «there is not a perch of what we should call a road», sendo por isso forçoso que quatro trabalhadores galegos que acompanhavam a excursão intervissem amiúde para auxiliar as mulas e desatolar a carruagem atascada na lama (MURPHY, 1795: 2, 18).

⁷ ROLDÁN, 1975: 123.

⁸ MANTAS, 1996: 645-51.

⁹ HÜBNER, 1871: 67-8.

¹⁰ Correção aceite por A. GUERRA (GUERRA, 1998: 369), que todavia considera a leitura *Calo*, como aparentemente um nome de tema em *-o*.

¹¹ SILVA, 2015.

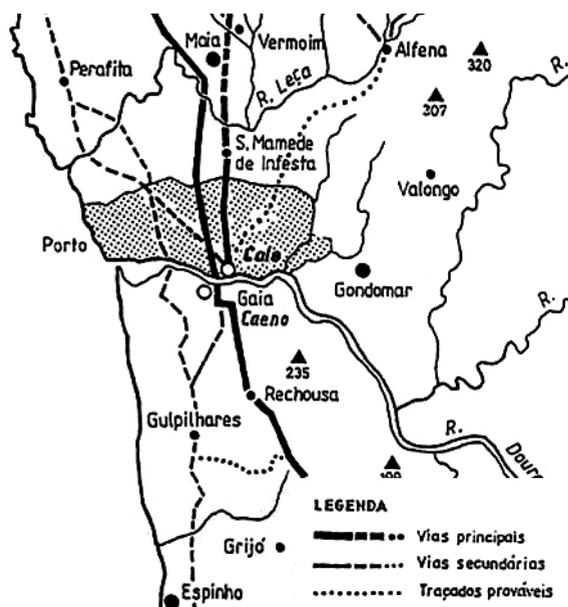


Fig. 1. Vias romanas nas imediações do Baixo Douro, segundo V. Mantas, que localiza Cale no Porto e Caeno em Gaia. Adaptado de MANTAS, 1996.

mas partilhando as dúvidas de J. Alarcão¹² acerca do desdobramento, pode dizer-se que a principal dúvida interpretativa será entre as hipotéticas localidades de [Caeno oppidum + Calo] ou [Caeno + Oppidum Calo] questão interessante sobretudo porque parece estabelecer algum tipo de diferenciação ou hierarquia entre ambos os povoados, tendo em vista o significado do substantivo *oppidum* mesmo em época tardia¹³. As referências de Idácio, pluriformes e com variantes conforme os manuscritos, remetem para contextos toponímicos de época diferente da que particularmente nos interessa e são, neste plano, mais um ponto de chegada que de partida, pelo que importam menos a este texto¹⁴.

Se na célebre enumeração das 24 *ciuitates* do convento bracaraugustano feita por Plínio¹⁵ o termo *Callaeci* alude a uma subunidade étnica precisa e perfeitamente distinta das vizinhas ainda pelos meados do século I e não é — como sugeriu Untermann¹⁶ e quase parece ter admitido o maior estudioso da etnogénese galaica, Gerardo Pereira¹⁷ — um mero qualificativo dos *Coelerni* para os distinguir dos *Colarni* da Lusitânia, a

¹² ALARCÃO, 2005: 305.

¹³ Contrariamente às aceções da historiografia arqueológica, o termo é usado nos textos legais latinos como «un identificador genérico de ciudades [...] pero que tiene en cuenta su importancia simbólica y jurídica, pues nunca se asoció a poblaciones menores o poco importantes» (FUMADÓ, 2013: 181).

¹⁴ Cf. SILVA, 2010; REAL & SILVA, [no prelo].

¹⁵ *Nat. Hist.*, III, 28.

¹⁶ UNTERMANN, 1993: 383.

¹⁷ PEREIRA-MENAUT, 1998b: 44-5.

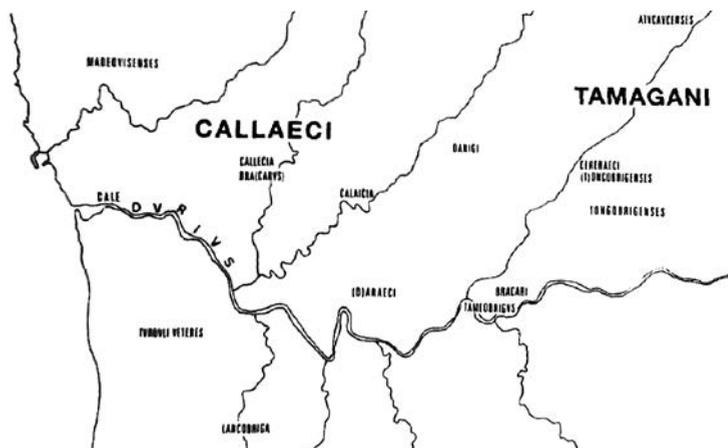


Fig. 2.
Principais povos
pré-romanos do Baixo
Douro, segundo A. C.
Ferreira da Silva (2007).

sua localização na margem Norte da foz do Douro é praticamente consensual¹⁸ (Fig. 2), sendo escassos os investigadores com posições diferentes, como A. Rodriguez Colmenero, que situa o território dos ditos *Callaeci* além do rio Tâmega, sem propor qualquer povoado como *caput ciuitatis*, e considerando que seriam antes os *bracari* a ocupar as imediações de *Cale*¹⁹, que todavia situa no Porto²⁰. Mais recentemente, Lino T. Dias localizou os *Callaeci Bracari*, grafados como étnico maior, na região delimitada a Nascente pelo Marão, a Sul pelo Douro e a Oeste pela região dos rios Sousa e Ferreira²¹, entendendo em consequência que *Tongobriga* seria a *ciuitas* mais ocidental da bacia norte do Douro, estendendo-se até ao Oceano²² e não deixando, por conseguinte, espaço para outros territórios na foz daquele rio.

Ainda assim, a interrogação que encima este ensaio não é totalmente retórica, pois sendo muito provável, em nosso entender, que *Cale* seja o nome do povoado indígena que originou a moderna cidade do Porto e que fossem *callaeci* os que aí habitavam e foram — para sua desgraça e honra dos vencedores — os primeiros a afrontar *Decimus Iunius Brutus*, não são certos o estatuto e capitalidade do sítio — ainda que diversos autores coincidam em considerar *Cale* como um lugar-central, senão político pelo menos como *port of trade* comercial²³ — e é grandemente desconhecido o seu processo de urbanização e integração na órbita romana, questões para as quais apenas a arqueologia pode ir sugerindo algumas informações.

¹⁸ TRANOY, 1981: 65-6; ALARCÃO, 1995-96; 1999; SILVA, 1996; SILVA, 1999; SILVA, 2000; SILVA, 2013.

¹⁹ RODRIGUEZ COLMENERO, 1997: 17-29.

²⁰ RODRIGUEZ COLMENERO & FERRER SIERRA, 2014: 248.

²¹ DIAS, 2016: 47 (mapa).

²² DIAS, 2016: 75.

²³ SILVA, 2000: 100-101; SILVA, 2013: 42-3; GONZÁLEZ RUIBAL, 2006-2007: 348.

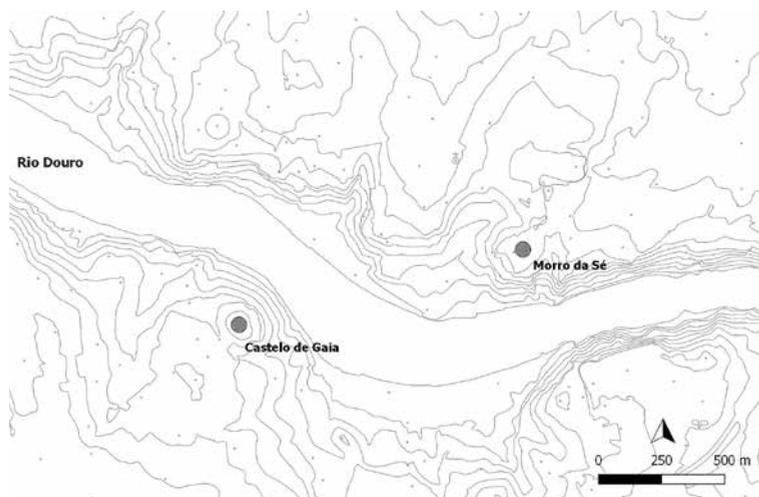


Fig. 3. Localização do Castelo de Gaia e do Morro da Sé (Porto), os principais aglomerados indígenas e romanos da foz do Douro. Cartograma do Autor.

A relativa simetria geográfica dos principais aglomerados populacionais de ambas as margens, o morro da Sé ou da Penaventosa e a colina de Gaia (Fig. 3), tem tradução tanto a nível cronológico, pois ambos os povoados remontarão aos finais da Idade do Bronze²⁴, como porventura no seu desenvolvimento ao longo do primeiro milénio antes da nossa era, sendo mais desconhecidas as formas e consequências das transformações que sofreram no quadro do domínio romano e das subseqüentes dinâmicas económicas e socioculturais.

A informação sobre o povoamento antigo das duas elevações é bastante desigual em resultado das diferentes circunstâncias que trouxeram os lugares até aos dias de hoje e do contexto dos trabalhos arqueológicos ali efectuados. No Castelo de Gaia, a evolução urbanística dos últimos séculos — que não conseguiu apagar a disposição concêntrica e outros traços da malha construída medieval — deixou livre no topo e pelas encostas uma expressiva mancha de terrenos, que desde há duas ou três décadas vêm sendo progressivamente desafectados do anterior uso agrícola ou de pasto para largos projectos imobiliários, suscitando, no cumprimento da legislação de salvaguarda patrimonial²⁵, intervenções de arqueologia preventiva que incidem sobre áreas bastante significativas²⁶, proporcionando a identificação de vestígios relativamente extensos das primeiras ocupações do sítio. No portuense morro da Sé, cuja trama urbana, igualmente de feição medieval, se densificou extraordinaria-

²⁴ SILVA, 1984: 46; SILVA, 1994: 71; CARVALHO, 2003: 826-7; REAL *et al.*, 1985-1986: 28.

²⁵ A área do Castelo de Gaia está classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1990 (Dec. n.º 29/90 de 27 de Junho), sendo também abrangida pelas zonas de protecção de outros bens culturais próximos.

²⁶ Exemplo destas circunstâncias são as sondagens, escavações arqueológicas e acompanhamentos de obra feitos no quadro de projectos de operações urbanísticas como os da Taylor Fonseca S.A., da Quinta de São Marcos ou do Gaveto de Entre-Quintas. Cf. SILVA, 2017 para um conspecto geral.

mente, reduzindo o parcelário e as manchas não edificadas, as intervenções de avaliação prévia de projectos imobiliários²⁷ são em número talvez dez vezes superior às que se verificam em Gaia²⁸. Todavia, espartilham-se por reduzidos lotes de poucas dezenas de metros quadrados de superfície, somando-se à menor preservação dos restos arqueológicos a escassa dimensão das observações arqueológicas efectuadas, quer em superfície, quer por vezes em profundidade, como resultado também da metodologia de avaliação seguida.

De comum entre as duas margens, importa observar, o reduzidíssimo número de intervenções arqueológicas feitas com propósito de investigação e não apenas impostas por projectos imobiliários, que, além do mais, ordinariamente não admitem a preservação de quaisquer vestígios arqueológicos. E também, a crescer a esta circunstância, refira-se o escasso investimento feito no estudo e publicação dos resultados destes trabalhos de minimização dos impactes arqueológicos negativos das intervenções urbanísticas. Com estas notas prévias, queremos lembrar que há que matizar um pouco a necessária analogia entre os vestígios de ocupação antiga dos dois povoados ribeirinhos, sopesando a par dos resultados da arqueologia as condições da sua prática em ambas as margens.

Num e noutro núcleo têm vindo a ser identificadas diversas construções do povoado indígena, intersectando-se ou coexistindo as de plano curvilíneo com as de planta ortogonal, como é próprio dos últimos séculos da Idade do Ferro. No Castelo de Gaia, onde como vimos são geralmente mais amplas as áreas intervencionadas, puderam observar-se bons exemplos desta realidade, por exemplo, nos trabalhos efectuados para a construção do edifício da Taylor Fonseca S. A.²⁹, na Quinta de São Marcos³⁰ ou mais recentemente no projecto em curso nos armazéns do antigo Hard Club³¹ (Fig. 4).

No primeiro daqueles lugares, situado na encosta sudeste do morro, voltada ao Douro, foram encontrados restos de estruturas de diferentes épocas, nomeadamente duas construções de planta circular datadas pelos responsáveis da intervenção como dos finais da Idade do Ferro (Fig. 5), bem como vários muros da época romana e tardo-antiga³². Na vertente norte da colina, em local designado como Quinta de São Marcos, as escavações puseram também à vista numerosas estruturas da Idade do Ferro e época romana, com casas redondas e diversos muros rectilíneos, canalizações,

²⁷ Igualmente por constituir zona classificada em resultado da presença de diversos monumentos nacionais e de interesse público e sendo, desde 1996, parte da zona definida como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

²⁸ Como natural consequência da maior dinâmica urbanística da cidade do Porto e da localização do seu polo histórico gerador, que é central nesta cidade, enquanto em Vila Nova de Gaia se acha desde há séculos algo excêntrico, favorecendo o abandono e degradação de que foi objecto pelo menos durante o século XX (AFONSO *et al.*, 1989).

²⁹ CARVALHO & FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003.

³⁰ SOUSA & PIEDADE, 2008.

³¹ BARBOSA & PRIETO, 2011.

³² CARVALHO, 2003: 827-9.

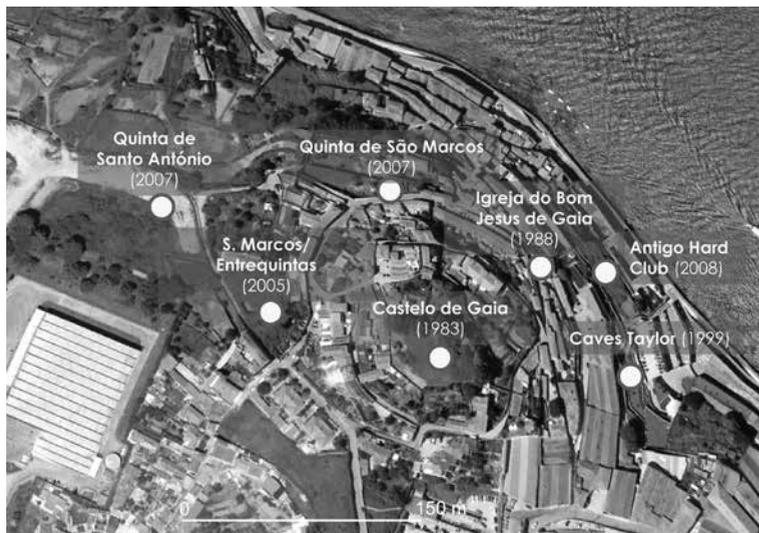


Fig. 4. Principais intervenções arqueológicas no Castelo de Gaia, 1983-2008. Reprodução de SILVA, 2017.



Fig. 5. Castelo de Gaia. Construção circular da Idade do Ferro aparecida nas escavações dos terrenos da Taylor Fonseca, SA. Foto Teresa P. Carvalho/J. Fortuna.

silos, saibreiras e pisos de circulação, evidenciando por certo uma ocupação densa e com diversas fases³³. Por fim, novamente quase à cota do rio Douro, numa outra intervenção ocorreram também ruínas de muito interesse, nomeadamente os restos de um grande edifício, delimitado por um muro com cerca de 20 metros de extensão, no mínimo, por 0.80 m. de largura, compartimentado por vários muros transversais, construção que os responsáveis propõem ter sido usada entre os séculos I a. C. e II d. C.

³³ SOUSA & PIEDADE, 2008.

e para a qual sugerem um eventual uso como armazém ou entreposto comercial, considerando a presença de uma espécie de silo numa das salas e a abundância de restos de contentores cerâmicos³⁴. Noutras sondagens foram identificados muros de outras construções, com cronologias aparentemente similares³⁵. Em contrapartida, foram mais poucos os vestígios arquitectónicos detectados nas escavações feitas no topo da colina por A. C. Ferreira da Silva, não obstante o achado de uma construção rectangular que incluía uma lareira feita sobre base de fragmentos de ânfora³⁶.

Datáveis já do período tardo-antigo têm também sido encontradas importantes ruínas, que elencaremos apenas de passagem por interessarem menos ao tema deste ensaio. Assim, destacamos as escavações feitas na igreja do Bom Jesus de Gaia, na encosta NE. do Castelo, sob a qual se identificaram parcialmente duas construções, caracterizadas pelo autor da escavação como «um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI» sobre o qual se encontrava «um edifício da Alta Idade Média, também violentamente destruído e incendiado»³⁷. Numa plataforma a Noroeste da mesma elevação, a Quinta de Santo António, foi interrompida, por razões ligadas ao projecto imobiliário que a motivou, a escavação de um grande edifício, seguramente de natureza religiosa, associado a pelo menos uma dezena de sepulturas de diferentes tipologias e importante espólio³⁸, intervenção arqueológica cuja conclusão e estudo poderão trazer consequências surpreendentes para o entendimento da ocupação tardo-antiga das margens do Douro, já para não falar da dimensão patrimonial, que infelizmente continua alheia aos decisores políticos e económicos locais.

Na margem Norte os exemplos serão porventura mais numerosos, mas sistematicamente correspondentes a intervenções em pequenas parcelas, onde os vestígios foram muito afectados pelas construções subsequentes ou as condições de segurança não admitem, segundo os responsáveis, a escavação em profundidade. Por estas razões, identificaram-se já dezenas de tramos de muros, curvilíneos ou rectilíneos, e por vezes restos de empedrados, buracos de poste e outras evidências, mas nunca logrou definir-se a planta integral de qualquer construção, sendo talvez as mais completas as que ocorreram na Rua D. Hugo, nomeadamente no n.º 5 — onde se vêem os restos de uma casa castreja com vestíbulo e uma construção ortogonal de cantos arredondados, datada do século I³⁹ —, no n.º 37-39 da mesma rua, onde apareceram restos de duas casas redondas, pavimentos empedrados e outros achados de relevo⁴⁰, e as diversas

³⁴ BARBOSA & PRIETO, 2011: 42-3.

³⁵ BARBOSA & PRIETO, 2011; SILVA *et al.*, 2017.

³⁶ SILVA, 1984: 46; SILVA, 2007: 80, nota 485.

³⁷ GUIMARÃES, 1995a: 132-9; GUIMARÃES, 1989; GUIMARÃES, 1995b.

³⁸ NASCIMENTO *et al.*, 2008.

³⁹ REAL, 1984: 76-7; REAL *et al.*, 1985-1986: 22-3; REAL & OSÓRIO, 1993: 18-22; SILVA, 2000. Aliás, exemplo único de arqueossítio conservado e musealizado nos começos da década de 1990, situação que não parece possível de repetir-se, pela mudança das políticas patrimoniais, para achados talvez de similar interesse feitos nas imediações.

⁴⁰ BARBOSA, 2015.

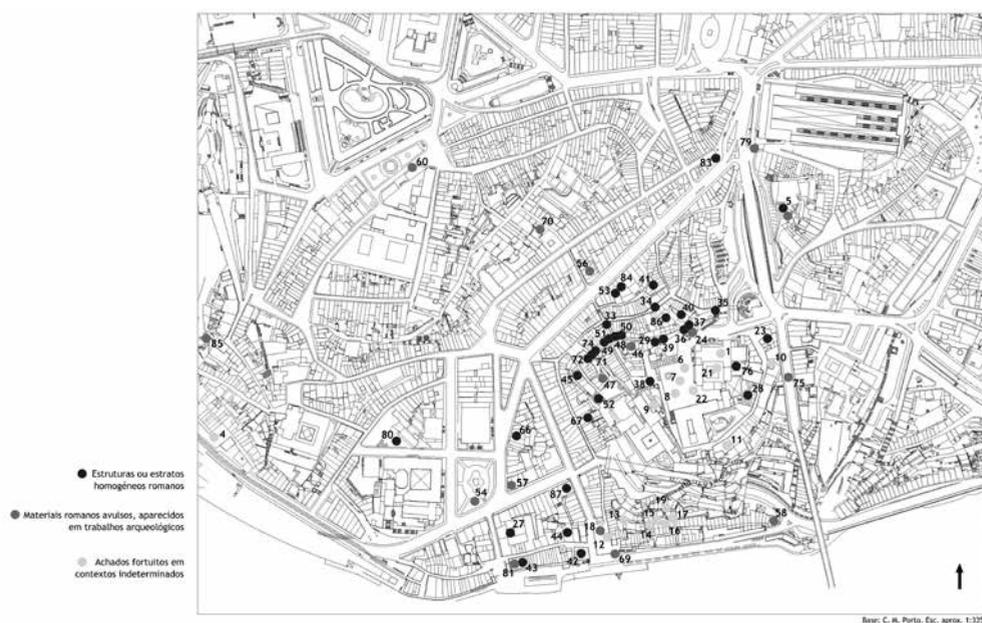


Fig. 6. Intervenções no Morro da Sé e Ribeira do Porto com vestígios romanos. Reprodução de SILVA, 2010.

sondagens feitas no espaço daquele arruamento em recentes obras de requalificação, que evidenciaram, entre outros vestígios, uma construção de planta circular, associada a um empedrado, para além de diversos muros rectilíneos, silos, buracos de poste e outros elementos⁴¹. Também nas encostas da elevação têm sido identificados vestígios da ocupação mais antiga da cidade, dispensando-se a sua enumeração por serem sensivelmente idênticos os vestígios aos localizados no topo, e por economia de espaço, tanto mais que na sua maioria se encontram inventariados⁴² (Fig. 6).

Estes elementos, que essencialmente nas últimas duas décadas vêm documentando cada vez mais a ocupação proto-histórica e do período romano nas elevações da Sé do Porto e do Castelo de Gaia, dificilmente permitem ainda uma perspectiva de conjunto da extensão e organização de cada um dos povoados. Por um lado pelo carácter minimalista das práticas de salvaguarda arqueológica, presentemente sem força política ou peso social para determinar trabalhos arqueológicos que além do respeito sofrível pelas leis visem efectiva procura de conhecimento; por outro, naturalmente, pelo diferenciado grau de conservação dos vestígios, do que resulta que após dezenas de sondagens e escavações arqueológicas se tenham obtido apenas umas

⁴¹ MARÇAL, 2013.

⁴² SILVA, 2010.

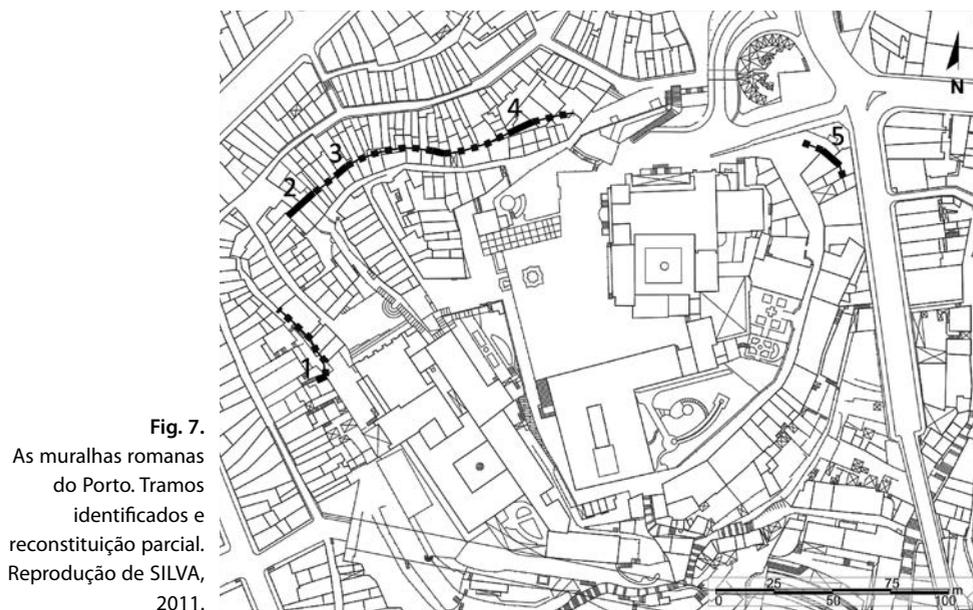


Fig. 7.
As muralhas romanas
do Porto. Tramos
identificados e
reconstituição parcial.
Reprodução de SILVA,
2011.

quantas plantas incompletas e muros avulsos, sem qualquer noção do sistema vial, eventuais espaços públicos ou do urbanismo dos aglomerados.

Este ponto leva-nos à consideração das muralhas que delimitavam os núcleos do morro da Sé e de Gaia. O caso portuense foi objecto de revisão recente que no geral se encontra actualizada⁴³ (Fig. 7), pelo que bastará breve resumo da informação disponível, omitindo as situações mais duvidosas. Os troços de muros espessos que, pelo aspecto e localização, foram identificados como tramos da muralha romana da cidade ocorreram já em perto de uma dezena de pontos, subindo, a partir de Poente, do Largo do Colégio pela Rua e Largo da Penaventosa até à Rua de D. Hugo, já no topo da colina. Fruto das condicionantes físicas e das circunstâncias já enunciadas, em praticamente todos os casos as observações foram muito limitadas, impedindo a devida caracterização e datação das estruturas.

Esta muralha, cujo traçado é ainda conjectural, se bem que em largos troços fortemente sugerido pela topografia e pela evolução do edificado posterior, parece ter três fases construtivas ou de reedificação, aparentemente no mesmo ou em muito similar alinhamento. O troço mais antigo conserva-se Rua de S. Sebastião, 53-55 e apresenta 7,00 metros de extensão por 2,70 de alçado, com uma espessura original de 1,90 metros, ampliada até aos 2,50 m por um reforço ou contraforte exterior, no ponto de maior pendente da encosta norte do morro da Sé (Fig. 8); exhibe aparelho

⁴³ SILVA, 2011.



Fig. 8.
Troço de muralha pré-romana do Porto.
Foto reprod. de FONSECA; TEIXEIRA;
FONSECA 2009/Arqueologia e Património.

de tendência helicoidal, de evidente aspecto pré-romano, e foi datado pelos responsáveis da intervenção dos séculos II-I a. C.⁴⁴.

Uma segunda fase parece detectar-se em vários troços mais a Poente, na Rua da Penaventosa (em especial nos números 39-43 e 25-27), e Largo da Penaventosa, n.ºs 21 e 25. Escavada apenas pelo tardoz e ao nível das fundações, uma vez que a fachada exterior se acha sob a parede dos edifícios actuais, a muralha não pôde ser observada na sua espessura integral, que variava entre 0,70 e 1,85 metros nas diferentes casas, sendo por isso de presumir que se aproximasse dos 2,50 metros. Se bem que os materiais arqueológicos associados fossem escassos, foi proposta uma datação global entre os meados/2.ª metade do século I e a 1ª metade do século II para a sua construção⁴⁵.

Por fim, na sondagem feita na Rua da Penaventosa, 25-27 verificou-se que a cerca possuía duas fases construtivas, a primeira dos séculos I-II, como visto, e uma mais recente, aparentando ser reforço ou reformulação da primeira, atribuída hipoteticamente, pela raridade do espólio, ao século III ou IV⁴⁶. Tal cronologia, a confirmar-se, pode coincidir com a datação de um outro tramo da muralha, reconhecido também pela face interna, identificado na década de 1980 na Rua D. Hugo, n.º 5 e para o qual se propôs uma fundação nos finais do século III⁴⁷. Cronologia

⁴⁴ FONSECA *et al.*, 2009; TEIXEIRA, 2011.

⁴⁵ Cf. SILVA, 2011: 46-48, com referências específicas.

⁴⁶ SILVA, 2011: 47.

⁴⁷ REAL *et al.*, 1985-1986: 19-20.

idêntica — atendendo à tipologia e à circunstância de ser exterior a uma sepultura com cobertura de *tegulae* do século IV-V — parece poder atribuir-se à estrutura de grande aparelho em *opus vittatum* e com boa isodomia localizada no logradouro exterior de um prédio intervencionado no Largo do Colégio 9-12⁴⁸, correspondente talvez a um torreão semicircular, porventura análogo aos das muralhas de finais do século III de *Bracara Augusta*⁴⁹ ou da antiga *Vissaium/Viseu*⁵⁰.

Do lado de Gaia os dados serão porventura mais claros, fruto das condições em que se identificaram as estruturas defensivas do povoado. Na já mencionada escavação da Taylor Fonseca localizou-se um troço com cerca de 45 metros de um muro com uma largura entre os 1,90 e os 2,20 metros, conservado num alçado entre 0,8 e 1,8 metros, constituído por dois paramentos em pedra de aparelho irregular, ligado por pedra miúda argamassada nas juntas e com enchimento de pedra⁵¹. A fundação desta muralha, «que seguramente envolveria todo o monte, um pouco abaixo da sua cota média [...] entre os 26 e os 27 metros», terá ocorrido, a avaliar pelos materiais arqueológicos exumados da vala de fundação interna e as camadas por ela cortadas, na primeira metade ou meados do século I⁵² ou já nos começos da dinastia flávia⁵³.

Um pouco mais a Norte deste ponto e a cota levemente inferior, na mencionada escavação do antigo Hard Club, encontrou-se à cota aproximada de 20 metros um muro com 1,30 metros de largura e três fiadas de pedras de pequenas dimensões com cerca de 0,4 m de altura⁵⁴. Está construído com dois paramentos de pedra não muito grande, com juntas preenchidas por argamassa argilosa e o interior cheio com pedra e terra, encontrando-se coberto por depósitos com materiais exclusivamente de época romana e assentando directamente «numa camada com cerâmica castreja mais tosca, alguns materiais porventura de origem púnica e sem presença de cerâmicas romanas», o que levou os responsáveis pela escavação a situar o uso da construção entre os séculos II-I a. C. e o II da nossa era⁵⁵. Os mesmos autores sugeriram tratar-se de uma muralha, mas admitindo também que o muro pudesse, tão só, servir de delimitação do espaço ocupado pelo grande edifício atrás referido⁵⁶.

Voltando agora ao lado poente do Castelo, deve noticiar-se um outro achado importante a este respeito. A avaliação arqueológica prévia de um projecto imobiliário para um terreno situado no gaveto entre as ruas de Entre Quintas e de São Marcos foi feita através da escavação de diversas sondagens mecânicas que proporcionaram,

⁴⁸ CLETO & VARELA, 2000; VARELA & CLETO, 2001.

⁴⁹ LEMOS *et al.*, 2001; LEMOS *et al.*, 2007.

⁵⁰ CARVALHO & CHENEY, 2007; DE MAN, 2011: 166-71.

⁵¹ CARVALHO & FORTUNA, 2000: 160; CARVALHO, 2003: 828.

⁵² CARVALHO & FORTUNA, 2000.

⁵³ CARVALHO, 2003: 828.

⁵⁴ BARBOSA & PRIETO, 2011.

⁵⁵ SILVA *et al.*, 2017.

⁵⁶ BARBOSA & PRIETO, 2011: 41.



Fig. 9.
Secção do fosso exterior do Castelo de Gaia.
Foto reprod. de QUEIROGA 2006/
Perennia Monumenta.

entre materiais de diversas épocas, na sua maioria descontextualizados, elementos arquitectónicos romanos, como uma base e fuste de coluna e pedras almofadadas e — mais importante — dois fossos defensivos, escavados no saibro natural e distanciados entre si cerca de 23 metros⁵⁷. Não obstante as limitações do espaço intervencionado e da metodologia adoptada, os dados recolhidos permitem estimar a largura de 6,50 — 7,00 metros e uma profundidade máxima a rondar os 3,50 – 3,70 metros para o fosso interior⁵⁸, acrescentando o arqueólogo responsável a sua convicção de que estaria adossado a uma muralha, que o acompanharia pelo interior e poderá ainda conservar-se sob um muro de socalco moderno situado a cota superior⁵⁹. O fosso externo teria também uma largura superior a 6,00 metros e profundidade idêntica ao primeiro⁶⁰ (Fig. 9). A observação estratigráfica não permitiu datar a abertura dos fossos, mas o mesmo autor admite que o fosso interior, presumivelmente da Idade do Ferro, possa tenha «servido como elemento de defesa até uma fase avançada do processo de romanização»⁶¹.

Sintetizemos um pouco os dados antes de prosseguir. Os trabalhos arqueológicos dos últimos quarenta anos têm vindo a revelar a ocupação antiga das colinas, quase fronteiras, do Castelo de Gaia e do morro da Penaventosa. Em ambas se docu-

⁵⁷ QUEIROGA, 2006: 13-15, fig. 2.

⁵⁸ SILVA, 2017: 112-3.

⁵⁹ QUEIROGA, 2006: 14, figs. 6 e 7.

⁶⁰ QUEIROGA, 2006: 7-8, figs. 4 e 5.

⁶¹ QUEIROGA, 2006: 7-8, figs. 4 e 5.

menta a origem do povoamento entre os finais da Idade do Bronze e os começos do Ferro, sem poder precisar-se mais a cronologia por falta de datações e estudo dos materiais exumados; os dois *castros* prosseguiram depois a sua vida, com presumível aumento demográfico e correspondente densificação construtiva até à chegada do invasor romano.

A arqueologia tem trazido à luz do dia, de um e outro lado, os alicerces de diversas construções em pedra, de planta circular, com e sem vestíbulo, por vezes associadas a pavimentos empedrados ou em terra batida e o correspondente mobiliário artefactual, especialmente cerâmico. Pela mesma escassez de estudos e pelo facto destas construções aparecerem muitas vezes associadas a edifícios de planta ortogonal (que por vezes, todavia, se lhes sobrepõem), a imagem cronológica mais imediata é a de que ilustrarão uma fase avançada da Idade do Ferro, digamos, a partir da segunda metade do século II a. C., o que naturalmente carece de confirmação. Não se detectaram por ora num ou noutro lado — a avaliar pelos relatórios técnicos e as escassas publicações — elementos excepcionais no plano arquitectónico ou da plástica castreja, como pedras lavradas, restos escultóricos ou eventuais edifícios singulares ou de uso não doméstico.

Desconhecemos também os sistemas defensivos ou de delimitação de ambos os povoados, com excepção, no que se refere ao Porto, do troço de muralha da Rua de S. Sebastião 53-55, aparentemente tardio, ainda que o aparelho e a estratigrafia apontem para a sua natureza indígena; podendo talvez presumir-se que em certos pontos a muralha do século I-II, refeita ou ampliada no século III ou IV, possa assentar ou pelo menos conservar o traçado de um alinhamento anterior. Considerando que estes alinhamentos têm correspondência muito próxima (e em alguns casos coincidente, como na Rua da Penaventosa) com o traçado da primitiva cerca medieval, podemos estimar a superfície intra-muros do aglomerado castrejo em 3,5 ha, considerando que teria uma única linha amuralhada, naturalmente.

No *castro* da margem sul, a admitir-se como pertencente a uma cerca perimetral exterior o muro a cota mais inferior, e a aceitar-se a sua datação dos séculos II-I a. C., não se vislumbram outras nem efectivas muralhas proto-históricas, devendo merecer séria consideração a dupla linha de fossos (junto a presumida muralha) da encosta poente. A área do povoado indígena poderia rondar os 2,5 ha, chegando talvez aos 4 ha se considerarmos como limite a eventual cerca à cota inferior. Não há ainda qualquer estudo sistemático realizado sobre os espólios artefactuais correspondentes aos ambientes proto-históricos não romanizados, mas as cerâmicas indígenas da Idade do Ferro parecem evidenciar, sem surpresa, uma grande similitude nos povoados das duas margens, o que limita por certo o seu uso como eventual marcador cultural.

A questão do impacte da conquista romana e os efeitos que terá tido no desenvolvimento urbano destes dois castros durienses leva-nos à questão da cronologia,

que pode discutir-se em três andamentos, o do embate inicial, o do efectivo domínio sobre o território e aquele que mais propriamente poderíamos designar como de aculturação. Parece fora de dúvida que a campanha de 137 a. C. de *Decimus Iunius Brutus* constituiu um elemento crucial para a integração das terras do entre Douro e Minho na órbita económica romana, estimulando as rotas de comércio atlântico⁶², que já há décadas os comerciantes gaditanos frequentavam, como salientaram Rui Morais e outros autores⁶³; promovendo a exploração das áreas interiores⁶⁴ e, para o que nos interessa particularmente, enquanto oportunidade para a chegada à História dos *Callaeci*⁶⁵, o primeiro dos *populi* com que o procônsul romano se enfrentou e que terão convocado em sua ajuda outras populações do Norte, reunindo os 60.000 combatentes que no dizer de Orósio⁶⁶ foram praticamente dizimados, coincidindo assim a sua apresentação étnica com o seu quase genocídio. Aliás, a sua identidade tópica terá sobrevivido pouco mais de um século, como sabiamente apontou Gerardo Pereira⁶⁷, pois quando, algures pela mudança de era, na então jovem urbe de *Bracara Augusta* se epigrafou um monumento honorífico a um neto de Augusto, seleccionou-se, com hábil pedagogia e aparentemente sem ser caso único na cidade⁶⁸, uma entidade colectiva, *Callaecia*, como dedicante, nada ou pouco tendo já que ver com o primitivo solar do povo ou *castellum* epónimos⁶⁹ mas usando a *praxis* epigráfica como elemento de reforço da nova identidade étnico-política então em clara afirmação⁷⁰.

Estamos longe de compreender o impacte físico da campanha de Bruto, quer pela ausência de vestígios de assédio aos povoados indígenas⁷¹, quer pelas alterações que neles possam ter sido efectuadas nesse contexto. A. C. Ferreira da Silva propõe que a rede hierarquizada de castros, tutelada por determinados lugares-centrais, que parece perceber-se nessa época terá estado relacionada com a «necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de *Decimus Iunius Brutus*»⁷², no que é seguido por Jorge de Alarcão⁷³ e outros autores, mas precisaríamos de mais dados arqueológicos e datações absolutas para confirmar esta sugestão. Poderão

⁶² TRANOY, 1981: 126-132; MARTÍNEZ MERA, 2001: 304-6.

⁶³ MORAIS, 2007a; MORAIS, 2007b e, no presente volume, o estudo *Douro, um rio aquém do esquecimento*; NAVEIRO, 1991; GONZÁLEZ RUIBAL, 2006-2007: 512-41.

⁶⁴ MORILLO CERDÁN, 2016: 60.

⁶⁵ Não contabilizando a larga alusão de Apiano de que já o procônsul da Ulterior, Quinto Servílio Cipião, teria em 139 a. C. «arrasado os campos» dos Vetões e dos Callaicos (*Iber*, 70) nos últimos episódios das guerras lusitanas.

⁶⁶ *Historiarum adversus paganos*, V, 5, 12.

⁶⁷ PEREIRA-MENAUT, 1984: 281; PEREIRA-MENAUT, 1998: 306-7.

⁶⁸ REDENTOR, 2011: II, 115-6.

⁶⁹ TRANOY, 1981: 150; PEREIRA-MENAUT, 1984: 280; PEREIRA-MENAUT, 1998a: 303-4; REDENTOR, 2011: II, 114-5.

⁷⁰ PEREIRA-MENAUT, 2010: 248.

⁷¹ Se bem que este possível indicador deve ser tomado com prudência, em função das distintas estratégias e circunstâncias da conquista, como recorda Angél Morillo (MORILLO CERDÁN, 2014: 141-142).

⁷² SILVA, 2007: 76.

⁷³ ALARCÃO, 1993: 208.

estar as muralhas «republicanas» do Porto e talvez de Gaia relacionadas com estas estratégias?

As campanhas militares seguintes — as de Públio Craso (96-94 a. C.) e sobretudo a de César (61-60 a. C.)⁷⁴ — não obstante terem o saque e não a conquista como principal motivo⁷⁵, terão na verdade esbatido as últimas reacções indígenas, a ponto de nos inícios do principado de Augusto a região estar pacificada e ter até podido eventualmente servir como apoio de rectaguarda às forças em serviço nas guerras cántabras⁷⁶.

Levado o Império à sua máxima extensão ocidental, organizados e distribuídos por *ciuitates* os principais *populi*, que terá acontecido aos *castella* de Cale e ao seu homólogo em terras dos Túrdulos? Desde há muito que navios e comerciantes de muitas paragens demandavam a foz do Douro, primeiro trazendo cerâmicas finas e vidros do Mediterrâneo oriental⁷⁷, depois mercando louças e outros produtos da Bética, como amplamente se atesta pelas ânforas tardo-republicanas identificadas no Porto⁷⁸, no Castelo de Gaia⁷⁹ e mais recentemente no sopé deste mesmo sítio⁸⁰, mas é de crer que a mudança dos tempos e do mando se reflectisse também na organização dos aglomerados urbanos.

É neste contexto que devemos talvez encarar as muralhas que ambos os sítios terão feito erigir entre os meados do século I (Gaia) e a primeira metade do II (Porto). Analisando as muralhas das cidades hispânicas no trânsito entre a República e o Império, David Hourcade⁸¹ começa por lembrar a distinção clássica entre *fortificação* e *cerca*, considerando que além de eventuais propósitos militares (raramente atestados, aliás), a delimitação perimetral de um espaço urbano convoca todo um conjunto de sentidos e significações que é ocioso evocar; mas acaba por abandonar esta dicotomia, também por vezes traduzida no binómio *securitas* — *dignitas*, para concluir que na península ibérica a fortificação das cidades, em especial no período das duas primeiras dinastias imperiais é sobretudo marca de uma nova forma de urbanização, tanto nas cidades privilegiadas como nas peregrinas, reflectindo a «*poliadisation*» ou seja, a adopção por parte de uma comunidade das instituições características da *polis*⁸²; ou, dito de outra forma, a expressão pública

⁷⁴ Tendo pelo meio a equívoca tomada de *Cale* por Perpenna nos anos de 74 ou 73, no quadro das guerras sertorianas, segundo uma emenda renascentista a um trecho de Salústio, informação reproduzida acriticamente por muitos Autores mas encarada com justificado cepticismo por outros e que aqui não podemos detalhar, como o fizemos já noutros trabalhos (cf. SILVA, 2010: 216-7).

⁷⁵ MARTÍNEZ MERA, 2001: 299-301.

⁷⁶ MORILLO CERDÁN, 2016: 66; CENTENO *et al.*, 2016: 78-80.

⁷⁷ REAL, 1984: 77-8; REAL *et al.*, 1985-1986: 28-29; GONZÁLEZ RUIBAL, 2006-2007: 513, 524.

⁷⁸ MORAIS, 2013: 103-7.

⁷⁹ SÁ & PAIVA, 1994.

⁸⁰ SILVA *et al.*, 2017.

⁸¹ HOURCADE, 2003.

⁸² HOURCADE, 2003: 317-21.

e monumental da nova *iurisdictio* que sanciona ou promove tal empreendimento⁸³. Terá isto alguma a coisa a ver com a criação de *ciuitates* e de todo o novo ordenamento jurídico nelas implicado? Seja como for, anote-se de passagem, a ideia de que os antigos castros da Sé e de Gaia poderiam em época romana fazer parte de um mesmo aglomerado urbano, como uma cidade bicéfala, aparentemente sugerida por López Quiroga⁸⁴ e outros autores deve, face a estas considerações e à própria divisão provincial, ser posta de lado.

Na verdade, se do século primeiro para o segundo da nossa era, a edificação de uma cerca pétreia, mais ou menos monumental, foi reflexo de alterações urbanísticas profundas nos dois povoados em análise, tal não é por ora de todo explícito no registo arqueológico, nem, convenhamos, sequer a topografia de ambos os sítios o favorece, sendo forçoso procurar as áreas baixas ribeirinhas para que as novas técnicas construtivas se aplicassem e os novos gostos encontrassem melhor resposta.

Os indícios de uma significativa ocupação romana na zona baixa do antigo concelho de Vila Nova e na «Ribeira» de Gaia traduzem-se por ora no achado recorrente de cerâmicas, em especial *tegula* e outro material de construção em diversas intervenções feitas no local; mas por vezes os terrenos encontram-se perturbados por construções posteriores ou por efeito das cheias do Douro, e como causa maior desta lacuna de informação devemos sempre apontar a falta de trabalhos arqueológicos na zona, seja por intuito de investigação, seja mesmo nos casos em são legalmente obrigatórios em projectos imobiliários localizados em áreas classificadas.

Na margem Norte o panorama é bem diferente, em especial como resultado dos trabalhos arqueológicos efectuados durante uma década no Arquivo Histórico Municipal/Casa do Infante, onde foram postos à vista os restos de um edifício tar-do-romano de grandes dimensões e, para já, os únicos pavimentos em mosaico da cidade⁸⁵ (Fig. 10). Muitas outras sondagens e trabalhos de acompanhamento têm revelado vestígios móveis e imóveis da ocupação romana, se bem que os muros estejam ordinariamente truncados e os dados careçam da falta de estudo e publicação que já se apontou. Todavia, em duas intervenções de larga escala feitas nos últimos anos para a instalação de uma unidade hoteleira, para Nascente e no mesmo quarteirão da Casa do Infante, apareceram também ruínas de significativa expressão, que não permitem por enquanto a reconstituição de plantas integrais mas obedecem à mesma orientação e alinhamento da *domus urbana* da Casa do Infante⁸⁶, elemento

⁸³ DOPICO CAÍNZOS, 2009: 45; DOPICO CAÍNZOS, 2013: 95; DOPICO CAÍNZOS & SANTOS, 2012: 587, 595.

⁸⁴ LÓPEZ QUIROGA, 2004: 93.

⁸⁵ TEIXEIRA & DORDIO, 2000; GOMES, 2011; SILVA, 2010: 222-3.

⁸⁶ Referimo-nos às intervenções arqueológicas realizadas para a construção do Hotel Carris (TEIXEIRA, 2011; TEIXEIRA, 2015) e sua ampliação recente (NOGUEIRA *et al.*, 2018).



Fig. 10.
Ruínas romanas e
pavimento em mosaico
(réplica) da Casa do
Infante, Porto.
Foto do Autor.

essencial por traduzir um urbanismo planificado e estruturado por eixos viários de um modo que certamente não seria possível no morro da Sé.

A cronologia deste bairro ou *uicus* ribeirinho⁸⁷, aqui como em Gaia, é questão essencial, mas apenas na margem Norte dispomos de alguns dados, sendo evidente numa primeira análise uma ocupação muito centrada no Baixo-Império, como é claro na Casa do Infante⁸⁸. A estruturação urbana desta parte baixa do povoado terá naturalmente implicado a construção de certos equipamentos públicos, tendo vindo a ser recuperadas informações históricas dispersas que sugerem a localização de uma zona termal e uma área aberta respeitante se não a um *forum* monumental, pelo menos talvez a uma área comercial e de outras funções colectivas⁸⁹, elementos aos quais a arqueologia não deu por enquanto qualquer suporte.

Todas as cidades, fossem ou não capital de *ciuitas*, estruturavam-se num território e numa rede de recursos e interacções. Não é possível a este respeito reunir muitas informações para a área de Vila Nova de Gaia, mas a grande quantidade de trabalhos arqueológicos feitos na cidade do Porto nas últimas décadas permite já perceber todo um conjunto de “sítios” habitados durante o período romano, quer ao longo do rio Douro, quer mais para o interior⁹⁰, questão que deixamos apenas em nota para ulterior discussão.

Repartidas entre *Turduli Veteres* e *Callaici*, as duas margens da foz do Douro aguardam ainda que a arqueologia ilumine o que as escassas e ambíguas fontes

⁸⁷ REDENTOR, 2014.

⁸⁸ GOMES, 2011: 838.

⁸⁹ REAL & SILVA, no prelo.

⁹⁰ SILVA, 2010.

documentais deixaram à especulação quase teórica. Após três décadas de trabalhos arqueológicos em número crescente, importantes restos do passado romano e pré-romano da região aguardam estudo, sistematização e o levantamento de novas hipóteses interpretativas, via que parece ser a melhor, senão a única, para compreender melhor a natureza e identidade dos limites destas duas regiões etno-históricas que foram as criações romanas da Lusitânia e da Galécia.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO; José A.; CAMPOS; Ernesto; GUIMARÃES, Joaquim A. G.; PEDROSA, António S.; PEDROSA, Fantina T.; TAVARES, Joaquim D.; VALENTE, António M. (1989) – *Plano de Pormenor do Castelo de Gaia. Inventário geral*. Vila Nova de Gaia: Gab. História e Arqueologia de V. N. Gaia. Texto datilog. 2 vols.
- ALARCÃO, Jorge de (1993) – Las Ciudades Romanas de Portugal. In BENDALA GALÁN, Manuel, dir. – *La Ciudad Hispanorromana*. Barcelona: Ministerio de Cultura/Àmbit, p. 206-223.
- ____ (1995-96) – *As Civitates do Norte de Portugal*. «Cadernos de Arqueologia», 12-13. Braga, p. 25-30.
- ____ (1999) – *Populi, Castella e Gentilitates*. «Revista de Guimarães». Vol. especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I]. Guimarães, p. 133-50.
- ____ (2005) – *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia* – III. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 2. Lisboa, p. 293-311.
- BARBOSA, João P. (2015) – *Rua D. Hugo, 37-39, Sé, Porto [...]. Informação preliminar*. Porto: Logiark. Texto dactilog.
- BARBOSA, João P.; PRIETO, Roger (2011) – *Rei Ramiro Terraces (RRT08). Sondagens de avaliação prévia. Rua do Rei Ramiro/Cais de Gaia. Santa Marinha. Vila Nova de Gaia. Relatório Final*. Porto: Logiark. Serviços Arqueológicos. Relatório dactilog.
- CARVALHO, Pedro S.; CHENEY, António (2007) – *A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica*. In Rodriguez Colmenero, A.; Rodá de Llanza, I., eds. – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (Lvcvs Avgvsti como paradigma)*. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo... Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 729-45.
- CARVALHO, Teresa P. (2003) – *As ocupações no Castelo de Gaia – problemas de arqueologia urbana*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património» vol. 2. Porto, p. 823-41.
- CARVALHO, Teresa P.; FORTUNA, Jorge (2000) – *Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia*. «Al-Madan», 9. Almada, p. 158-62.
- CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; BARTOLOMÉ ABRAIRA, Roberto (2016) – *Problemáticas e perspectivas sobre a presença militar no Noroeste hispânico no tempo de Augusto: o castro de Alvarelos*. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J., eds. – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 74-82.
- CLETO, Joel A.; VARELA, José M. (2000) – *Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica?*. «Al-madan», 2.ª Série, 9, Almada, p. 133-5.
- DE MAN, Adriaan (2011) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Mérida: MNAR.
- DIAS, Lino Tavares (2016) – *Baião, em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal.
- DOPICO CAÍNZOS, M. Dolores (2009) – *As transformaciós dos pobos do noroeste hispânico na época de Augusto: a evidencia epigráfica*. In DOPICO, Dolores; VILLANUEVA, M.; RODRÍGUEZ, P., eds. – *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea*. Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza. Lugo: Deputación de Lugo, p. 31-53.

- (2013) – *Nuevas formas de administración, nuevas formas de control: la fundación de Lucus Augusti y su conventos*. «Portvgalia». Nova Série, 34. Porto, p. 83-100.
- DOPICO CAÍNZOS, M. Dolores; SANTOS YANGUAS, Juan (2012) – *La adecuación de las entidades indígenas a la nueva administración romana: el ejemplo de los conventos del noroeste peninsular*. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo, eds. – *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano* [Rev. Hist. Ant., VII]. Vitoria: Universidad del País Vasco, p. 581-600.
- FONSECA, Jorge; TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (2009) – *Relatório de Progresso. Quarteirão da Bainharia*. Sé. Porto: Arqueologia & Património. Texto dactilog.
- FUMADÓ ORTEGA, Iván (2013) – *Oppidum. Reflexiones acerca de los usos antiguos y modernos de um término urbano*. «SPAL», 22. Sevilha, p. 173-84.
- GOMES, Paulo D. (2011) – *Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto*. In *O mosaico romano nos centros e nas periferias : originalidades, influências e identidades : actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA), Museu Monográfico de Conimbriga [...] 2005*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2006-2007) – *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C - 50 d.C.)*. «Brigantium», 18, 19. A Coruña.
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- GUIMARÃES, Joaquim A. G. (1989) – *Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 28. V. N. Gaia, p. 17-25.
- (1995a) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Univ. Portucalense.
- (1995b) – *Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia*. In *Actas da IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, p. 429-41.
- HOURCADE, David (2003) – *Les murailles des villes romaines de l'Hispanie republicaine et augustéene: enceintes ou fortifications du territoire urbain?* In MORILLO, Angé; CADIOU, F.; HOURCADE, D., eds. – *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales)*. León: Universidad de León, p. 295-324.
- HÜBNER, Emílio (1871) – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências.
- LEMOS, Francisco S.; LEITE, José M.; CUNHA, Armandino (2007) – *A muralha romana (Baixo-Império) de Bracara Augusta*. In Rodriguez Colmenero, A.; Rodá de Llanza, I., eds. – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (Lvcvs Avgvsti como paradigma)*. *Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo...* Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 327-41.
- LEMOS, Francisco S.; LEITE, José M.; FONTES, Luis O. (2001) – *A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga*. In FERNANDES, Isabel F., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/C. M. Palmela, p. 121-32.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia: La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*. [S.l.]: Fund. Pedro Barrié de la Maza.
- MANTAS, Vasco G. (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARÇAL, Helena (2013) – *Tipologias de ocupação da Rua D. Hugo (Morro da Sé, Porto)*. «Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património», 6 (2012-2013). Lousada, p. 77-88.
- MARTÍNEZ MERA, Josefa (2001) – *Expediciones militares a Gallaecia na época republicana*. «Gallaecia», 20. Santiago de Compostela, p. 297-316.

- MORAIS, Rui (2007a) – *A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península*. «Humanitas», 58. Coimbra, p. 99-132.
- (2007b) – *Contributo para o estudo da Economia na Lusitânia romana*. «Saguntum», 39. Valência, p. 133-140.
- (2013) – *Durius e Leça: dois percursos de um mesmo itinerário – problemáticas em torno das ânforas Haltern 70*. «Portvgalia». Nova série, 34. Porto, p. 101-136.
- MORILLO CERDÁN, Angél (2014) – *Arqueología de la conquista del Norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C.* In CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M., eds. – *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III^e-I^{er} s. a.C.)*. Bordeaux: Ausonius Éditions, p. 133-148.
- (2016) – *El território galaico durante las guerras cántabras: nuevas perspectivas*. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J., eds. – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 54-72.
- MURPHY, James (1795) – *Travels in Portugal, through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura (...)*. London: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies.
- NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura; SILVA, Nuno (2008) – *Intervenção Arqueológica QSAVNG.07 – Quinta de Santo António – Santa Marinha, Vila Nova de Gaia – Relatório de Progresso, 2.^a e 3.^a Fases*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Texto datilog.
- NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. (1991) – *El comercio antiguo en el NW. peninsular. Lectura histórica del registro arqueológico*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico.
- NOGUEIRA; Sandra; LEMOS, Paulo A. P.; COSTA, Rita; SILVA, João (2018) – *Ampliação do Hotel Carris da Ribeira, Porto. Resultados Preliminares dos Trabalhos Arqueológicos*. In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL HERNÁNDEZ, Rodrigo, coord. — *Arqueología en el Valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 — Actas de las VI Jornadas de Arqueología del Valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, p. 428-438.
- PEREIRA-MENAUT, Gerardo (1984) – *La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania: el caso de Gallaecia como paradigma*. «Veleia», 1. Vitoria, p. 271-87.
- (1998a) – *Los Galaicos*. In RODRÍGUEZ NEILA, Juan F.; NAVARRO SANTANA, F., eds. – *Los Pueblos Prerromanos del Norte de Hispania: una transición cultural como debate histórico*. Pamplona: EUNSA, p. 301-24.
- (1998b) – *Reflexións en clave histórica sobre Monte Mozinho*. In SOEIRO, Teresa, coord. – *Monte Mozinho, 25 anos de trabalhos arqueológicos*. Penafiel: Museu Municipal, 37-50.
- (2010) – *El moderno debate sobre la Romanización*. «Veleia», 27. Vitoria, p. 239-53.
- QUEIROGA, Francisco R. [2006] – *Relatório de trabalhos arqueológicos. Loteamento do Gaveto Entre Quintas-S. Marcos. Sta. Marinha, Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Famalicão: Perennia Monumenta. Texto datilog.
- REDENTOR, Armando (2011) – *A cultura epigráfica no Conventvs Bracaravgstanvs (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.
- (2014) – *Cale: un puerto de la Callaecia meridional*. In ECK, Werner; FUNKE, Peter, eds. – *Öffentlichkeit – Monument – Text. XIV Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae – Akten*. Berlin: de Gruyter, p. 443-5.
- REAL, Manuel L. (1984) – *Arqueologia portuense em 1984. Notícia sobre as operações de salvamento no morro da Sé, em áreas de intervenção do CRUARB*. «Arqueologia», 10, Porto, p. 75-9.
- REAL, Manuel L.; OSÓRIO, Maria I. P. (1993) – *A Cidade: lugares primeiros*. Rua D. Hugo, nº 5. In OSÓRIO, Maria I. P., coord. – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, p. 15-24.

- REAL, Manuel L.; SILVA, António Manuel S. P. [no prelo] – *Portumcalem Castrum Novum na época sueva*. In: *In Tempore Sueborum* (Exposición, Ourense, 15 dic. 2017 – 4 mar. 2018). Volume de textos suplementar.
- REAL, Manuel L.; TÁVORA, M. J.; OSÓRIO, M. I.; TEIXEIRA, F. (1985-1986) – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé*. «Boletim Cultural da C. M. Porto», 2ª Série (3/4). Porto, p. 7-60.
- RODRIGUEZ COLMENERO, António (1997) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional Interior*. 2ª ed. Chaves: Câmara Municipal.
- RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio; FERRER SIERRA, Santiago (2014) – *La ruta marítima atlántica de época romana: Entre Cale (Porto), Brigantium (Golfo Ártabro) y Oiassó (Irún)*. In ALONSO TRONCOSO, Victor; RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; GOY DIZ, A., eds. – *El Golfo Ártabro. Fragmentos de historia litoral y patrimonio*. A Coruña: Universidade da Coruña, p. 209-335.
- ROLDAN HERVÁS, José M. (1966) – *Sobre los acusativos com «ad» en el Itinerario de Antonino*. «Zephyrus», 17. Salamanca, 109-19.
- (1975) – *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid: Univ. Valladolid/Univ. Granada.
- SÁ, Manuel M. Alves; PAIVA, Maria Belém C. (1994) – *Notas sobre o comércio romano na bacia do Douro. As ânforas do Castelo de Gaia e Monte Murado*. «Gaya», 6 (1988-1994). Vila Nova de Gaia, p. 89-106.
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Porto. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2000) – *Rua D. Hugo, 5 – um arqueossítio fundador*. «Al-Madan», 2ª Série, 9, Almada, p. 136-7.
- (2010) – *Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa*. «Gallaecia», 29. Santiago de Compostela, p. 213-62.
- (2011) – *As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico*. «Portvgalia», Nova Série, 31-32 (2010-2011). Porto, p. 43-64.
- (2017) – *As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia*. In SILVA, António Manuel S. P., coord. – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015*. Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM/Afrontamento, p. 100-37.
- SILVA, António Manuel S. P.; MORAIS, Rui; PINA-BURÓN, Maria R.; PRIETO DE LA TORRE, Roger (2017) – *Cerâmica romana importada na foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, Norte de Portugal)*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. — *Genius Loci: Lugares e Significados*. Porto: CITCEM, vol. II, p. 315-331.
- SILVA, Armando C. F. (1984) – *Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento*. «Gaya», 2, V. N. Gaia, p. 39-58.
- (1994) – *Origens do Porto*. In RAMOS, Luís O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 46-117.
- (1996) – *A cultura castreja no Norte de Portugal: integração no mundo romano*. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén, dir. – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio Internacional)*. Madrid: Ayunt. Gijón/Electa España, p. 49-55.
- (1999) – *A ocupação do território do Noroeste peninsular aquando da chegada dos Romanos*. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge, coord. – *Actas da Mesa Redonda Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Prof. Arqueologia/IPPAR, p. 39-52.
- (2000) – *Proto-história e romanização do Porto*. «Al-Madan», 2ª Série, 9, Almada, p. 94-103.
- (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. rev. e actualiz. Paços de Ferreira: Câmara Municipal [ed. original 1986].

- (2013) – *A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal*. «Brathair – Revista de Estudos Celtas e Germânicos», 13 (2). São Luís [Maranhão], p. 22-51. Publicação digital disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>
- (2015) – *As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres*. «Estudos do Quaternário», 13. Braga, p. 68-74.
- SOARES, Torquato S. (1962) – *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, tomo I.
- SOUSA, Laura C. P.; PIEDADE, Marta (2008) – *Intervenção Arqueológica QSM-VNG.07/08 – Quinta de São Marcos – Santa Marinha, Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.
- TEIXEIRA, Ricardo (2011) – *Aljube eclesiástico, muralha castreja, rua de S. Sebastião 53-55*. In DELGADO, A.; VALENÇA, P.; GUIMARÃES, M., coord. – *Morro da Sé de porta a porta*. Porto: Porto Vivo, SRU, p. 50.
- TEIXEIRA, Ricardo; DORDIO, Paulo (2000) – *Intervenção arqueológica na Casa do Infante: dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto*. «Al-madan». 2.ª Série. 9, Almada, p. 132-4.
- TEIXEIRA, Sofia A. S. (2011) – *INF9.09. Intervenção efectuada no âmbito da construção do Hotel Carris – Ribeira, Porto. Intervenção arqueológica nos Edifícios B e C. Relatório de Progresso*. Ed. A. Texto dactilog.
- (2015) – *Relatório preliminar da intervenção arqueológica. Imóveis sítos na Rua Infante D. Henrique, n.º 1-15 e na Rua de São João, n.º 1-39*. Porto: Ed. A. Texto dactilog.
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diff. de Boccard.
- UNTERMANN, Jürgen (1993) – *Anotaciones al estudio de las lenguas prerromanas del noroeste de la Península Ibérica (1)*. In VV.AA – *Galicia: da romanidade á xermanización. Problemas históricos e culturais*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 367-97.
- VARELA, José M.; CLETO, Joel A. (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, n.º 9-12 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados*. Porto: [s.n.] Texto dactilografado.